

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.188 - RS (2019/0078560-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - RS080026A  
**AGRAVADO** : ALBINO DO CARMO - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : THEREZINHA NORONHA DO CARMO  
**ADVOGADOS** : VILSON ONZI - RS045089  
VITOR TONETTA ONZI - RS059785

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM PORQUE A MATÉRIA FOI JULGADA SEGUNDO O RITO DO ART. 1.030, I, B, DO NCPC (ART. 543-C DO CPC/73). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ART. 1.042 DO NCPC. DEMAIS PONTOS. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

ALBINO DO CARMO - ESPÓLIO, representado por THEREZINHA NORONHA DO CARMO, (ESPÓLIO ) requereu o cumprimento da sentença proferida na Ação Civil Pública nº 1998.01.1.016798-9 pela 12ª Vara Cível de Brasília/DF, ajuizada pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC) contra o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL) visando ao pagamento de diferenças sobre o saldo da caderneta de poupança oriundas dos expurgos inflacionários do denominado Plano Verão (janeiro/89).

O Juízo de 1º Grau julgou improcedente a impugnação apresentada pelo BANCO DO BRASIL.

Contra essa decisão, o BANCO DO BRASIL interpôs agravo de instrumento, que não foi provido pelo TJRS em acórdão assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA SENTENÇA COLETIVA. ILEGITIMIDADE ATIVA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. JUROS MORATÓRIOS. JUROS REMUNERATÓRIOS*

**EXCESSO DE EXECUÇÃO.**

**ADMISSIBILIDADE.** No caso, tendo o cumprimento de sentença sido intentado antes 27/10/2014, carece o Agravante de interesse recursal quanto à questão relacionada à cautelar de protesto manejada pelo Ministério Público com o fim de interromper a prescrição para promoção do cumprimento de sentença. Não conheço a alegação da aplicação do índice de 10,14% em fevereiro de 1989, já que arguida somente em sede de recurso. Inovação. As questões dos juros remuneratórios, ilegitimidade ativa, competência territorial, necessidade de liquidação e correção monetária já foram objeto da impugnação, bem como do agravo de instrumento, mas ausente manifestação do juízo de 1º grau. Entretanto, matérias aptas para a resolução integral, razão pela qual, com base no artigo 1.013, §4º do Código de Processo Civil 1, enfrentadas.

**SOBRESTAMENTO.** O Ato nº 021/2016-P editado pela Presidência do Tribunal de Justiça do RS orientou no sentido de reativação dos processos sobrestados em decorrência das controvérsias destacadas no Recurso Especial nº 1.391.198/RS.

O Ato nº 17/2016-P, editado pela Presidência do Tribunal de Justiça do RS orientou no sentido de sobrestamento dos processos em fase de liquidação e/ou cumprimento de sentença, promovidos contra o BANCO DO BRASIL S/A, quando demandado na condição de sucessor do BANCO NOSSA CAIXA S/A, e com lastro no título executivo originado da Ação Coletiva nº 0403263-60.1993.8.26.0053, até o julgamento definitivo do Recurso Especial nº 1.438.263/SP. Não é o caso dos autos. Aqui a parte busca o cumprimento individual da sentença coletiva da Ação Civil Pública nº 1998.01.1.016798-9/DF.

**LEGITIMIDADE E COMPETÊNCIA TERRITORIAL.** A sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva nº 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal.

Reconhece-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal.

Os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros

# *Superior Tribunal de Justiça*

*associativos do IDEC, para o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na ação civil pública nº 1998.01.1.016798- 9 pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.*

*No caso, em razão do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.391.198/RS, em respeito ao instituto da coisa julgada, inaplicáveis as decisões do RExt nº 573.323/SC e RExt nº 885.856/SP.*

*LIQUIDAÇÃO. Desnecessária a prévia liquidação de sentença se o pedido de cumprimento atende a regra do art. 475-B, do CPC/1973, atual art. 509, § 2º, do CPC/2015.*

*EXCESSO DE EXECUÇÃO. Compete ao executado a demonstração de que os índices de correção do título executado são diversos dos parâmetros determinados pela decisão que o formou. Inteligência do artigo 525, §4º do Código de Processo Civil.*

*TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública, haja vista a decisão consolidada no REsp nº 1.370.899/SP, no percentual de 6% ao ano durante a vigência do Código Civil de 1916 (art. 1.062) e no percentual de 1% ao mês a partir da vigência do Código Civil de 2002 (art. 406 c/c art. 161, § 1º, do CTN).*

*JUROS REMUNERATÓRIOS. Juros remuneratórios incidem somente em relação ao mês de fevereiro de 1989. Incumbe ao impugnante comprovar a inclusão indevida.*

*CORREÇÃO MONETÁRIA. Ausente a comprovação de que o cálculo apresentado pela parte autora tenha realizado a atualização monetária do débito em desacordo com os índices oficiais aplicados às cadernetas de poupanças, de rigor o desproimento do recurso neste ponto.*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO EM PARTE E, NA EXTENSÃO, DESPROVIDO (e-STJ, fls. /150).*

Irresignado, BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial que teve seguimento negado com base no art. 1.030, I, *b*, do NCPC, em relação à limitação territorial e à legitimidade ativa do poupador; e, no tocante as demais questões, foi inadmitido tendo em vista a incidência da Súmula nº 283 do STF.

Nas razões de agravo, o BANCO DO BRASIL alegou que seu recurso preencheu todos os requisitos necessários ao seu conhecimento e reiterou as razões expostas no recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere

aos requisitos de admissibilidade do recurso, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do art. 1.042 do NCPC

Com o advento do NCPC aos 18/3/2016 passou a existir expressa previsão legal no sentido do **não cabimento de agravo contra decisão que inadmite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo**, *in verbis*:

*Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, **salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.***

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.*

*1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos*

***apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.***

*2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.*

*3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.*

*4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.*

(AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016 – sem destaque no original)

No caso dos autos, o recurso teve seguimento negado com base no art. 1.030, I, *b*, do NCPC, em relação à limitação territorial e à legitimidade ativa do poupador.

Portanto, quanto aos pontos, o agravo não pode ser conhecido por constituir erro grosseiro.

#### Dos demais temas

Em relação aos demais pontos, o recurso especial foi inadmitido tendo em vista a incidência da Súmula nº 283 do STF.

Verifica-se que o agravo, nesses pontos, também não ultrapassa o seu conhecimento.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois o BANCO DO BRASIL deixou de refutar a incidência da Súmula nº 283 do STF.

Assim, não tendo o recurso impugnado especificamente todos os

fundamento da decisão recorrida, é o caso de incidir o art. 932, III, do NCPC.

A propósito, veja-se o seguinte julgado:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.*

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

Assim, o recurso não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissão.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator